

ENTRE “TAPAS E BEIJOS”: SUJEITO E ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE E PÊCHEUX – ANÁLISES EM EPISÓDIOS SOBRE LAMPIÃO¹

Caio César Costa SANTOS²

Geralda de Oliveira Santos LIMA³

Resumo: Este texto objetiva clarificar algumas discussões em torno de confrontos epistemológicos sobre a noção de sujeito e enunciação em Benveniste (1989a; 1989b) e Pêcheux (1997; 1983; 1995; 2000), a partir de memórias/relatos sobre a história de Lampião. Embora as teorias da subjetividade e da enunciação tenham sido avivadas nos estudos concernentes à linguagem, é com o postulado pecheutiano que o universo linguístico conhece uma nova ótica de análise por meio de hipóteses sócio-históricas (ALTHUSSER (1985); MALDIDIER (2010); ORLANDI (2008)). A finalidade se revela não numa sobreposição de uma teoria sobre outra, mas em sua necessária articulação, embora seja inevitável a sobrevivência de críticas para ambos os lados teóricos; por isso, o termo classificatório “entre tapas e beijos”. Pretende-se, pois, apresentar/analisar, no interior da materialidade de memórias episódicas, elementos linguísticos e não linguísticos observados em sua aplicabilidade, a fim de identificar os papéis antagônicos do sujeito como objeto empírico (Benveniste) e teórico (Pêcheux), em processos enunciativos (JAKOBSON (1975); NORMAND (2007; 2009)). Este estudo contribui para a reflexão de que ambos os arcabouços teórico-metodológicos são complementares, jamais excludentes, uma vez que tudo depende das circunstancialidades e dos propósitos provenientes da materialidade analisada.

Palavras-chave: Sujeito. Enunciação. Benveniste. Pêcheux. Lampião.

Introdução

No auge e no âmago da Linguística da década de 1970, originam-se novas acepções em torno de seu objeto – a língua, graças ao poder de mutabilidade natural à linguagem. A consequência dessa característica é o surgimento de novas teorias que encarnam objetos e funcionalidades específicas. As noções de discurso, sujeito e enunciação, por exemplo, são apenas alguns dos elementos que congregam determinadas particularidades e que exigem cautela por parte dos analistas dos “discursos” na abordagem de seus métodos, devido à

¹Este artigo é fruto de leituras e discussões concebidas na disciplina “Estudos em Análise do Discurso”, coordenada pelo Prof. Dr. Fábio Verdianni Tfouni, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe.

²Mestrando em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, Brasil, caio-costa@live.com.

³Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e do Departamento de Letras Vernáculas (DLEV), da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, Sergipe, Brasil, geraldalima@gmail.com.

heterogeneidade terminológica desencadeadora de equívocos. É sabido que, a partir da não-transparência da linguagem é possível estabelecer um liame entre língua/pensamento/mundo e interrogar essa relação em sua dinamicidade constitutiva, de modo a engajar e articular estrutura, sujeito e história (ideologia). Essa atitude define o propósito central do presente texto – jamais uma teoria, seja ela qual for, sobrepõe-se à outra, eliminando-a – logo, o princípio de complementaridade-epistêmico-mútuo precisa ser constante.

Nesse sentido, o problema das noções de sujeito e de enunciação em Benveniste (1989a; 1989b) e Pêcheux (1997; 1997; 1983; 1995; 2000) recai sobre uma questão conceitual e metodológica, uma vez que há, no interior desses dois caminhos teóricos, bifurcação das conceitualizações em torno da análise de “discursos”, fato que pode suscitar a mesclagem ou mistura de fundamentações teóricas, ocasionando incoerentes análises a depender das circunstancialidades e propósitos verificados nelas. Por uma visão empírica e idealista da língua, imprime-se a imagem do sujeito via marcas deixadas na materialidade do discurso, na dependência do *eu-aqui- agora* e dos interlocutores, uma espécie de jogo simbólico mediado por atos inevitavelmente particulares (BENVENISTE (1989); JAKOBSON (1975); NORMAND (2007; 2009)). Por outro ângulo, essas evidências “subjetivas” são elucidadas não como “formas que afetam o sujeito”, mas a partir das quais ele se constitui. Por esse prisma, engendra-se uma atitude de des-subjetivação e, ao mesmo instante, acoplamento do universo sócio-histórico à teoria (PÊCHEUX (1997; 1983; 1995; 2000); PÊCHEUX & FUCHS (1997); ORLANDI (2008) PAVEAU & SARFATI (2006)). Com a consciência dessa disparidade benvenistiana e pecheutiana, tentaremos, pois, articular ambas as fundamentações, a partir da análise de relatos ou episódios sobre a história de Lampião, construídos por moradores do município de Poço Redondo (SE).

Entre atos e estruturas: breves demarcações sobre o viés subjetivo-enunciativo de Benveniste

Para consagrar a importância das descrições linguísticas torna-se necessário um aparelho que integre o emprego das formas e emanem definições sobre/em torno a/da língua – um tipo de jogo combinatório de signos revelados a partir do liame entre estruturas sintáticas e semânticas. Isso redimensiona uma das dicotomias saussurianas: os *eixos paradigmático e*

sintagmático. Porém, é com tal domínio e utilizando-se certamente do aparelho formal da enunciação que se é possível pensar numa imagem aproximativa do emprego da língua em si. Sendo assim, a enunciação brota a partir da correlação existente entre emprego das formas e emprego da língua. Benveniste (1989a), de fato, revela, ao aportar-se do sistema linguístico saussuriano, que toda consideração referente à enunciação não expõe visão degradante desse sistema. Conforme aponta Normand (2009), “mais que Meillet, o modelo de Benveniste é Saussure”. Logo, ele não exclui, em hipótese alguma, nomenclaturas morfológicas ou mesmo gramaticais, embora seja classificado como estruturalista, seu propósito converge entre termos como *estruturas* e *atos* (grifo nosso).

Saussure *gerou* Benveniste, que *gerou* a análise de discurso e alguns outros discípulos. Eis a grande continuidade da história, a acumulação tranquila dos conhecimentos, tesouro que cada geração herda e fica encarregada de transmitir e frutificar: missão e transmissão!... (NORMAND, 2007, p. 14, grifo do autor).

O emprego da língua, nesse ângulo, recai como um “mecanismo total e constante que, de um modo ou de outro, afeta toda língua” (BENVENISTE, 1989a, p.80). Apesar do transparente fascínio pelo subjetivo, natural à linguagem, é inevitável o retorno simultâneo do estruturalismo. Embora os testemunhos sobre o viés enunciativo sejam encontrados, *a priori*, em Bakhtin (1995), foi Benveniste (1989b) quem proporcionou uma abertura significativa sobre o engajamento do sujeito na linguagem, incidindo marcas até hoje reflexivas em território linguístico. Conforme explicita Dosse (2007, p. 64), a imagem benéfica de Benveniste se deve ao fato de ele “ter reintroduzido o recalcado no âmago da preocupação linguística: o sujeito, por sua abordagem enunciativa”. Contudo, Jakobson (1975), apontado como um dos pioneiros a pensar o processo de enunciação na abordagem sobre os *shifters*, apesar de não ser um dos primeiros a tratar da questão da subjetividade, focou e defendeu a importância de se estudar a função poética da linguagem, de forma a contribuir sobre estudos com foco na significação inerente à língua. Sua teoria das funções da linguagem encara uma visão que pode ser caracterizada como enunciativa, embora a teoria da comunicação seja acompanhada de uma perspectiva de língua como código.

Toda significação linguística é diferencial (...). Os linguistas, ao contrário, fizeram o impossível para excluir a significação e todo recurso à

significação, da Linguística. O campo da significação permanecera uma terra de ninguém (...). Devemos agora abrir uma segunda frente: estamos diante da tarefa de incorporar as significações linguísticas à ciência da linguagem. (JAKOBSON, 1975, p. 33)

Com este propósito é possível enxergar novas dimensões e visões em torno do arcabouço linguístico. Pensar sobre significação traz à baila a necessidade de criação de uma teoria linguística que insira o sujeito no manejo da estrutura, das funções e na significância de seus atos, embora a analogia à subjetividade e seu funcionamento distancie da abordagem lacaniana do inconsciente, tão cara à Análise do Discurso. Com as delimitações do estruturalismo moderno proposto por Saussure (1975) e a partir da clássica construção das dicotomias, sobretudo, a *langue/parole*, percebeu-se que era necessária, nos estudos atuais da linguagem, uma articulação entre sistema e sujeito, uma espécie de relação não apenas intra-sistêmica, mas extralinguística, pois, neste universo sistêmico, não há espaço para a prática ativa de enunciadores, uma vez que a composição estrutural remete-se à repetibilidade. Esta ótica resulta numa investigação das regularidades do processo de sistematização da língua, abstraindo, na medida do possível, toda a correlação a elementos exteriores ao paradigma moderno. Porém, é na enunciação, consolidada pela forte presença do componente contextual e desdobrada numa vocação à irrepetibilidade que se encontra o agir verídico do sujeito.

Apesar de Jakobson (1975) ser discípulo de Saussure, ele afasta-se sensivelmente dos postulados estruturalistas, dado o aspecto intelectual da linguagem consagrado no esforço de chamar atenção do ouvinte por meio de atos particulares e emotivos do falante. O legado e demais propósitos de Jakobson assemelham-se aos de Benveniste a partir da ideia de que o essencial na língua é este certo modo de abrilhantá-la através da atividade do espírito humano, uma vez que código e mensagem têm funcionamento desdobrado e recíproco. Benveniste (1989a) acolhe esta visão e, com base nos pressupostos epistemológicos de cunho estrutural, propõe a teoria da enunciação. Para este linguista, antes da enunciação, têm-se formas linguísticas concatenadas, e “a língua é só possibilidade de língua”; todavia, após aquele processo, engendra-se uma nova maneira de ver, descrever e de interpretar as manifestações da linguagem. São estas, então, as principais finalidades do *aparelho formal da enunciação*.

Benveniste (1989a), ao propor esse aparelho vinculado ao sujeito, objetiva afetar não 1/3 da língua, mas ela por inteira. Segundo ele, “a enunciação é esse colocar em

funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82). Esse pensamento possibilita, sem dúvidas, a transcendência dos postulados saussurianos ou de quaisquer outros estruturalistas. Logo, o princípio de imanência, próprio do emprego das formas, é substituído pelo princípio da emanência. Com tal recurso, é possível pôr em cheque a importância da teoria da enunciação e torná-la perceptível e constante daqui por diante aos olhos dos novos e antigos linguistas ou admiradores da língua (gem).

Todavia, é preciso cuidado ao prevalecer-se da enunciação, visto que enunciar, segundo Benveniste (1989a), é um ato de produzir determinado enunciado e não o texto do enunciado, o qual se apresenta como objeto do próprio linguista. Para a eficiência daquele mecanismo, a relação do locutor e mesmo da língua é primordial, dada a necessidade de determinar os caracteres e/ou *indivíduos linguísticos* (pessoa, tempo e espaço) incluídos na materialidade enunciativa, ao se tomar a língua como instrumento. Diante de tais características, vê-se como o aparelho formal da enunciação é imprescindível à semantização da língua, assim como de sua realização propriamente dita. Conceitos como plasticidade e instabilidade realçam e afluem esse sistema de realizações dinâmicas, jamais estáticas, como muitas teorizações linguísticas retrógradas.

Se nesses vieses a enunciação supõe a conversão da língua em discurso, podemos classificar esse processo não apenas como ‘operação de salvamento do sujeito’, mas também do ato discursivo. Essa técnica linguística faz considerar sucessivamente três aspectos fundamentais à teoria: os atos, as instâncias em que se alcançam e os instrumentos de sua realização. Sem atos, não existe enunciado - atos porque a enunciação acontece no mecanismo de “em torno” e de “retorno”, ou seja, emanam-se do locutor signos linguísticos os quais atingem determinado ouvinte, fazendo-o suscitar atitudes ativo-responsivas. Nas palavras de Benveniste (1989b), “o locutor implanta o *outro* diante de si”, faz-se germinar indivíduos prenes de provocações, injunções ou respostas (grifo do autor). Por conseguinte, as instâncias têm o seu lugar neste processo, pois o empregar a língua traz à baila uma certa relação intrínseca e sadia com o mundo. Isto faz ressurgir a concepção de referência.

O próprio processo da enunciação, neste panorama, concebe a existência e a significância dos signos linguísticos, visto que eles não conseguem ser empregados via uso

cognitivo da língua. É, portanto, no entremeio de “indivíduos” e em relação ao “aqui-agora” do (co)locutário que a enunciação se funda. Contudo, na ausência desse processo, formas como “eu”, “este” e “depois” não tem outro estatuto senão o de metalinguístico, classificação esta coerente ao postulado de Jakobson. É importante frisar que o *quadro figurativo* da enunciação define-se na acentuação da relação discursiva entre parceiros, ou, com outras palavras, na forma de discurso, ao enunciar, se colocam duas figuras em cena, o chamado ato interlocutivo (grifo do autor). Neste ápice de discussões, é possível refletir sobre a relevância desta teoria enunciativa quando, anterior a esta, satisfazia-se “com um modelo simplificado de linguagem limitado a uma caixa-preta entre um emissor e um receptor, que, como seus nomes indicam, alternativamente emitem e recebem”, apenas (CULIOLI,1999, p.11).

Logo, não existe um protagonista/sujeito ascendente, declarado puro ‘vencedor’. O *Ego*, então, divide-se em dois, de modo a assumir dois papéis significantes. Essa é a estrutura e relação de diálogo, embora este termo seja discutido aproximativamente ou não por outros linguistas. Para Benveniste (1989a), “mesmo o monólogo é um tipo de diálogo interiorizado entre um locutor e seu ouvinte”. Inúmeras são as concepções que se ‘entregam’ às formas complexas do discurso por meio do aparelho enunciativo. Em suma, a partir do momento em que determinado locutor se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do co-locutor, para esta finalidade, aquele dispõe de um aparelho de infinitas funções: o aparelho formal da enunciação. De acordo com Benveniste (1989b.), “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua”; dessa forma, empregar a língua não é sinônimo de concebê-la como sistema, é, portanto, só na interação entre corpos, com atitudes e respostas remissíveis e em circunstâncias específicas que a enunciação benvenistiana acontece.

O outro lado da moeda: discurso, sujeito e enunciação segundo Pêcheux

Segundo Malidier (2010), o início da disciplina Análise do Discurso (AD doravante) de linha francesa, fundada por Jean Dubois (linguista) e Michel Pêcheux (filósofo) é instituído nos anos de 1968-70. Entende-se que, a AD – considerada de entremeio – está em toda a parte e em cada movimento, mas a AD de linha francesa está presente de forma mais evidente e mais intensa. Todavia, segundo Malidier (id p.9), tal disciplina tem origem própria, por isso,

lhe confere um estatuto histórico próprio. Sua intenção, portanto, mergulha na meta de esclarecer as especificidades amplamente reconhecidas na Análise do Discurso até o seu estágio de reconfiguração e reapropriação.

Para Paveau e Sarfati (2006), o termo *análise do discurso* tem origem na tradução de *discourse analysis*, expressão construída por Harris (1969), que confere um sentido de dimensão transfrástica, descrição aproximativa da concepção de discurso da Linguística Textual e longínqua para o território da AD. O contexto marxista na versão althusseriana congrega o ideário de Pêcheux (1997) sobre a concepção do que seja discurso. Althusser (1985) é a referência principal; segundo ele, a dimensão discursiva é revelada na dimensão ideológica:

É preciso chegar a este conhecimento se queremos, falando da ideologia no interior da ideologia, esboçar um discurso que tente romper com a ideologia, pretendendo ser o início de um discurso científico (sem sujeito) acerca da ideologia. (p. 125)

Semelhante a esta descrição, a *Análise Automática do Discurso* (AAD doravante), constitui o esboço de uma análise não-subjetiva, na medida em que se concebe qualquer sequência discursiva como pertencente às formações discursivas. Logo, os processos discursivos não são originados do sujeito efetivamente. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1997, p. 171), “o que faltava e ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador”. Para estes autores, a leitura dos objetos de discurso deve romper com uma teoria subjetiva da linguagem, ruptura conferida não apenas na explicação dos textos, mas também aos métodos e às ideologias que dominam nas ciências humanas.

Analistas do discurso pecheutianos têm ciência da importância do corte saussuriano, visto que a construção do objeto “discurso” não é simples “superação teórica”; ela se apoia, sobretudo, à teoria do valor a qual insere a língua e a categoriza como sistema formal. Como se vê, o redimensionamento aos postulados da linguística estrutural sempre é presente. Contudo, na instância da AD, o termo “discurso” subjaz reformulação funcional, dado que tal vocábulo não condiz com a fala saussuriana e, segundo posição althusseriana, obriga uma mudança de terreno.

O objeto discurso é, então, pensado no mesmo tempo que o dispositivo de análise com relação ao postulado da *Análise Automática do Discurso* (1969) de Pêcheux (1997), dada a necessidade de criação de *máquinas discursivas*, por meio de uma *de-sintagmatização*, resultado da transformação ou transcendência da superfície linguística, categorizada como objeto empírico. Com tal atitude, este autor fornecia à teoria, além de um objeto novo e teórico, uma nova definição de discurso, sempre determinada e herdada no interior de uma relação benéfica com a história. O discurso sempre construído por enlaces histórico-sociais, não se entremeia ou se insere em um poço de dados empíricos, nem com o próprio texto, de forma que, segundo Malidier (id. p. 16), ele só faz reproduzir o fechamento estrutural na tentativa de conectar-se com a exterioridade, tão cara à AD.

Orlandi (2008) adere a essa perspectiva e demonstra que o texto é o correspondente no domínio da análise, uma espécie de unidade significativa. Sendo assim, enfatiza-se claramente um deslocamento epistemológico relevante de forma a abarcar o texto como materialidade, condição primordial para instrumentalizar concretamente o discurso – o texto textualiza a discursividade. Contudo, essa autora nos alerta do perigo do analista cair na utilização metalinguística formal, o que de fato precisa ser evitado – é preciso, portanto, “ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências” (ORLANDI, 2002, p.29). Logo, “o texto é carregado de discursividades superpostas que não estão (não podem estar) perfeitamente articuladas na espacialização linear do texto, ou seja, não cabem na linha” (p. 84). Nesse paradigma, texto tem função sócio-histórica (re)definida pelo homem e não metalinguística como se pensara no auge da Linguística há alguns anos. Pensar discurso subjaz uma relação entre estrutura e acontecimento, nunca um rompimento entre esses dois elementos, nem ultrapassagem, mas interconexão intrínseca. Se o texto em si carrega uma extensão limitada, a discursividade contempla a incompletude, “um índice de abertura do simbólico, do movimento do sentido e do sujeito” (p. 93).

Redimensionando a noção de sujeito, nesse ângulo de análise, realmente não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Embora a forma-sujeito se divida em *sujeito a e sujeito de*, como postula Orlandi (2008), não se evidencia predominantemente um ser livre e responsável pelos seus atos, ao contrário, há um entremeio entre esses dois caracteres de assujeitamento e posição social. Na tendência de incorporar ou não o sujeito ao postulado, os

pós-estruturalistas, segundo Peters (2000), continuam, de formas variadas, a sustentar a compreensão estruturalista do sujeito, engendrando-o, em termos relacionais, como um elemento governado por estruturas e acontecimentos.

Com isso, como afirma Dosse (2007), o texto, *a priori*, perceptível e congelado, é revestido por nova roupagem: o engajamento ou a reapropriação do sujeito – *o outro em si* (grifo nosso). Esse sujeito é interpelado pela ideologia a qual produz o inconsciente e é o discurso sua forma empírica. Sendo assim, na perspectiva lacaniana, o único saber significativo é o saber inconsciente; este é o modo lacaniano de manipular os indivíduos ou entidades pela “profundidade”. É a tríade discurso/materialismo histórico/psicanálise que sintetiza o postulado da AD de linha francesa vinculado a Pêcheux.

De acordo com Henry (1997, p. 35), Pêcheux insere o discurso “entre a linguagem (vista a partir da Linguística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia”. Seu quadro epistemológico desdobra-se em três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico herdado das (trans)formações sociais; a Linguística como teoria dos processos sintáticos e de enunciação; e a teoria do discurso determinada pela historicidade e os efeitos de sentidos. A aversão à teoria subjetiva encontra-se na fase linguística em que há crítica ferrenha à análise semântica formal ou da estrutura. Diferentemente da concepção de sujeito de Benveniste, Pêcheux (1997) luta contra uma posição idealista da língua como espécie de visão-percepção e origem do mundo. Há, portanto, a tentativa de “atravessar o efeito-sujeito”:

Se definimos a enunciação como a relação sempre necessariamente presente do sujeito enunciador com o seu enunciado, então aparece claramente, no próprio nível da língua, *uma nova forma de ilusão* segundo a qual *o sujeito se encontra na fonte de sentido* ou se identifica à fonte de sentido: o discurso do sujeito se organiza por referência (direta, divergente), ou ausência de referência, à situação de enunciação (o “eu-aqui-agora” do locutor). (p. 174, grifo nosso)

Tal ilusão contestada reside no fato de que todo ato linguístico necessita da estabilidade das categorias de tempo e espaço para a ancoragem do sujeito, logo, para Pêcheux (1997), essa estabilidade falha, “há um abalo na própria estrutura do sujeito e na atividade de linguagem” (p.174). O sujeito tem a alucinação de que é responsável pelo sentido propagado, acredita-se o produtor do discurso, todavia, é apenas assujeitado.

É comum à AD esse rompimento da subjetividade tão cara à teoria benvenistiana. Essa nítida exclusão é evidenciada desde o primeiro momento no qual nos demonstra que qualquer metalíngua universal é “inscrita no inatismo do espírito humano” e que toda suposição de um sujeito intencional tem origem no enunciado, no seu dizer (Pêcheux, 1997, p. 311). Tendo em vista que uma formação discursiva não é um espaço estruturalmente fechado, mas é constituída e margeada pelas marcas da exterioridade, logo por aquilo que é estritamente não-formulável, cabe sublinhar que:

esta exterioridade em nenhum caso poderia ser confundida com o espaço subjetivo da enunciação, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos no interior do reformulável (...). Nesta perspectiva, o nível do discurso se integraria à língua, por exemplo, *sob a forma de uma competência de tipo particular*. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 177 -178, grifo nosso)

Diante do exposto, a ideia de um sujeito expressivo, com intenções, escolhas, atitudes responsivas, herdada de estudiosos como Jakobson, Bally, Benveniste, é descartada. Segundo Pêcheux e Fuchs (1997), o trabalho de Benveniste, por exemplo, restringe-se à transposição de arcabouços filosóficos sobre o homem na língua em termos linguísticos, de modo a transparecer a ‘valiosa’ subjetividade, aparato inescapavelmente idealista. Desse modo, diagnostica-se uma descentralização da noção de sujeito no exato momento em que ele é afetado pela língua e pela história, não tendo o controle sobre o modo como esses dois elementos o afetam (ORLANDI, 2002, p. 50). Conforme Dosse (2007), o Homem sai de cena, não é o ator, nem ser consciente. Essa é uma das metas da corrente marxista – modernizar-se e/ou transformar-se através das relações conquistadas em seio social (extraídas dessas rupturas) e com todas as formas de estruturalismo.

Dito isso, faz jus a noção de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo”, uma vez que, embora a materialidade seja compreendida como unidade significativa e que o sujeito tem a ilusão de que é responsável pelo sentido (esquecimento nº 1), este pode deslizar-se para outros lugares (PÊCHEUX, 1983, p. 53).

A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num

espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 176).

É por essa perspectiva que começa-se a pensar na possibilidade de um sujeito atravessado pelo inconsciente. Conforme exposto por Althusser (1985), braço direito de Pêcheux, a ideologia emana-se de formas materiais e age pela composição dos indivíduos em sujeitos nitidamente sociais, categorizando-os como posições-sujeito e dando-lhes a impressão de serem livres. Pêcheux e Fuchs (1997, p. 176) denominam esse efeito de *ocultação parcial*, identificado no esquecimento nº 2 – uma *fonte de deslumbramento ou ilusão* da realidade do pensamento do sujeito (grifos nosso). Essa zona concentra o fenômeno ideológico e caracteriza-se por um funcionamento do tipo inconsciente, enquanto que no esquecimento nº 1 atinge o pré-consciente\consciente.

Partindo deste enfoque, Pêcheux suspende amplamente “a posição do espectador universal como fonte de homogeneidade”, de modo a “interrogar o sujeito paradigmático, no sentido kantiano e também no sentido contemporâneo do termo” (PÊCHEUX, 1983). Cabe ressaltar que, embora as noções e relações entre inconsciente e ideologia, hoje, não estejam bem fundamentadas, esse postulado do esquecimento nº 2 põe em destaque a importância dos conceitos pechetianos para a AD e a abertura do campo de análise discursiva. Na ótica pechetiana almeja-se, portanto, um horizonte irreduzível ao formalismo, visando estabelecer o relacionamento entre nível discursivo, formal e o das práticas e\ou relações sociais.

Construção do *corpus* de análise: dois episódios sobre a história de Lampião

Foram realizadas algumas entrevistas com moradores idosos do município de Poço Redondo, na região semiárida de Sergipe, uma das localidades em que o cangaceiro Lampião esteve durante sua jornada. As análises a seguir, portanto, se sustentam na rememoração dos acontecimentos passados, construída e reconstruída a partir da imagem mítica desse personagem da história nordestina. História, memória e cognição são esferas que norteiam a todo instante cada episódio aqui revelado. A constituição e seleção dos *corpora* foi uma tarefa um pouco complexa devido aos desentendimentos entre o postulado de Benveniste e Pêcheux no que concerne a noção de sujeito e enunciação.

Pensar numa atmosfera de análise que suscite a “memória” e o “discurso” congrega um perigoso “campo de dinamites”, dadas às múltiplas faces e acepções em torno desses dois elementos. Porém, tentamos, durante a análise dos depoimentos de idosos, evitar tal catástrofe. Na medida em que se projetavam os relatos, intercalamos os dois vieses, benvenistiano e pecheutiano, com o intuito de revelar o confronto epistemológico entre as antagônicas teorias. É justamente nesse panorama que se configura a classificação deste artigo como “tapas e beijos”: uma corrente teórica jamais se sobrepõe a outra; entre desacordos e consensos, sempre se complementam numa dinâmica de apropriações e revestimentos teórico-metodológicos. Pêcheux alimenta-se de Benveniste no tratamento da teoria da enunciação, embora as pretensões pecheutianas não recaiam sobre um sujeito empírico. Pêcheux tem ciência da importância deste processo e categoriza-o como a “operação de salvamento do sujeito”, com o objetivo de redimensionar a época áurea do estruturalismo na qual houvera o apagamento total da subjetividade. É, pois, Benveniste, o responsável por esse “milagre” nos estudos sobre a língua(gem).

No contato com as memórias perceberemos que, por uma visão macro, a memória episódica encontra-se no interior da memória social. Esta, por sua vez, está inserida aproximativamente no contexto da Análise do Discurso (AD) de herança pecheutiana, na qual a história de Lampião cristaliza-se em meio social, revelando o fenômeno ideológico. Essa memória social ou coletiva é caracterizada por determinada realidade social e transmitida pelas práticas discursivas de grupos sociais. Enquanto que as episódicas, todavia, fazem jus à expressividade do locutor, emanadas por atos simbólicos, de caráter meramente particular, de enfoque benvenistiano:

- (1) Eu vou contar alguma coisa que *eu sei desse homem malvado*. Ele fez muita gente daqui do interior sair de casa correndo com medo dele e se esconder no mato. Minha mulher não gosta dele não. *Ela tem muita raiva dele, - né muier?...* [A esposa estava presente à entrevista]. Amanhã vou completar noventa e cinco anos. Naquele tempo de Lampião, não tinha quem quisesse ir tirar madeira no sertão de Porto de Folha [SE] com medo da tropa de Lampião que estava esparramada nessa caatinga né? Aí, o povo dizia: “*Eu vou lá nada! Vou lá pra morrer!*” Outro dizia: “*se a gente cair nas unhas do povo de Lampião pronto, acabou*”. (...) *O rei do cangaço andava aqui e acolá* (...). Eu via a notícia: *o bandido Lampião passou ali!*

A priori, a própria materialidade desse testemunho congrega divergências e equívocos no interior da concepção de discurso. Na dimensão benvenistiana, em (1) abrangem-se as atividades do(s) locutor(es) ao concordar com a naturalidade accional da língua, a inter(ação). Logo, as ideias são estabelecidas num contíguo enunciativo, direcionado e herdado na instância ‘discursiva’. Neste paradigma, a comunicação encontra o seu lugar e conceitua a *palavra* em unidade de meras operações sintagmáticas – dessa forma – os interlocutores referem-se durante o processo de significação dos ‘objetos-de-discurso’ – *eu sei desse homem malvado; Ela tem muita raiva dele, - né muier?* (grifo nosso). Essa distinção e arranjo categórico dos signos proclamada em (1) possibilita a elucidação da categoria de pessoa e das conceptualizações sobre (inter)subjetividade e de enunciação, relevantes nesta teoria, no aparelho formal de enunciação de Benveniste.

Nessa atmosfera conceitual, o sujeito não é interpelado, uma vez que se encontra em um território composto por atos e estruturas nos quais a ênfase se limita às particularidades ou marcas dos ‘sujeitos’ que, nesse contexto, revelam-se como *individuos linguísticos*, termo de empréstimo de Benveniste. De encontro a essa ótica, Pêcheux desconstrói esse efeito de realidade linear do pensamento; não passa, portanto, de uma ilusão semiestruturada de que aquilo que pensamos é exatamente o que dizemos e que, no modo desse dizer, se institucionaliza um sentido ‘definitivo’ e ilusório do sujeito:

é na forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissocialmente, interpelação, identificação e produção de sentido, que se realiza o *no-sense* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira, isto é, de que “eu sou realmente eu” (PÊCHEUX, 1975, p. 266).

Por esse prisma, a subjetividade não afeta o sujeito, ao contrário, deve o constituir. Tal crítica incisiva na forma de produção do sujeito de Benveniste é classificada como “no-sense” que significa um tipo de operação “sem sentido”. Pensa-se, então, numa imagem do sujeito via hipóteses histórico-sociais; não podem coexistir evidências de dados empíricos, se há um fechamento estrutural é com a meta de apreender/extrair relações com o exterior. Em *Eu vou lá nada! Vou lá pra morrer! / se a gente cair nas unhas do povo de Lampião pronto, acabou*, embora sejam formas materiais da história de Lampião, é possível redimensionar a construção desse sentido, a partir da relação linguístico-histórica abarcada ou herdada dos pontos de cristalização emanados dos sujeitos. Nessa situação, a *forma-sujeito* obedece ao

tipo de sociedade da época na qual o sujeito é livre e subordinado/condenado. Ao mesmo instante em que, de outro ângulo, Lampião tornar-se-ia figura mítica e respeitada, apesar de sua perversidade, seu prestígio alavanca-se de forma despercebida.

Por essa perspectiva, os ‘indivíduos’ são concebidos como “servos” da política de Lampião como também cidadãos inevitavelmente assujeitados. Esse não é somente um manifesto de poder hierárquico, mas angaria status simbólico à medida que evoca estados de dominação, autoritarismo, encarnados por pontos de superioridade. O sujeito se vê cercado pela *forma-sujeito* que o domina, efeito esse instituído a partir da articulação entre sujeito da enunciação (Benveniste) e sujeito universal (Pêcheux). Essa reflexão clarifica o rompimento de uma teoria idealista e ascende ao postulado pecheutiano, a importância do materialismo histórico.

(2) [...] com o apoio de estudantes e de professores *organizamos uma exposição para mostrar... para chamar, então, a atenção da população para o fato de quanto o fenômeno Lampião era importante para a cultura do nosso município. Foi daí que Dionísio debatendo com o prefeito e com o juiz de Direito propôs que se fizesse, então, um plebiscito. E, então, no dia 28 de julho de 1993, teve aqui na cidade do Poço [Poço Redondo] uma disputa bem acirrada em favor da manutenção do monumento, né? Em torno do símbolo Lampião, em favor da manutenção do murinho de Lampião, né? Porque esse espaço cultural, além de ser muito importante para a população local, serve de ponto turístico para o município.*

Em (2) é possível perceber o engajamento da noção de assujeitamento consolidada por Pêcheux, incorporando não a ideia de inter-relação entre organismos ou ‘indivíduos’, mas lugares determinados na estrutura de uma formação social, neste caso, na posição social de professor, gestor, etc. – *organizamos uma exposição para mostrar... para chamar, então, a atenção da população para o fato de quanto o fenômeno Lampião era importante (...)*. Essa ‘des-subjetivação’ traz em seu bojo o universo do inconsciente em que o sujeito é tido como um ‘recipiente vazio’, passível de ser reintroduzido múltiplas vezes por outras formações discursivas (FD). Sujeito não é unidade; contudo, ele se vê abarcado pela heterogeneidade constitutiva do próprio discurso provido de variadas posições assumidas:

uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais

(por exemplo sob forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’.
(PÊCHEUX, 1997, p. 314)

É, portanto, no interior desse fundamento que a ideologia promove evidências para o apagamento do caráter formal ou material do sentido e do sujeito, desconstituindo-se o efeito de literalidade. O uso da metalinguagem se contenta na possibilidade dessa teoria e não em sua predominância. A figura de Lampião vai tornando-se tão cristalizada em seio social ao ponto de ser declarada imperceptível; dessa forma, o universo mítico empresta forças para o surgimento de mentes controladas por meio do próprio comportamento contraditório de Lampião – *uma disputa bem acirrada em favor da manutenção do monumento, né? Em torno do símbolo Lampião, em favor da manutenção do murinho de Lampião, né?*. O imaginário esboça a solução fantasiosa das contradições reais (LAPLANTINE; TRINDADE, 2003). Dessa forma, é possível encontrar na ideologia e no imaginário uma filiação aparente com o real no qual as relações sociais são fonte de expressão e constituição, como afirma Marilena Chauí (2004):

Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a *esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política.* (p.8, grifo nosso)

Vê-se em (2) como o poder das instituições e relações sociais manobra e aliena o próprio sujeito no interior de qualquer posição/lugar social operante e de como esse sujeito é interpelado inescapavelmente pela ideologia e não pelo óbvio. *Espaço cultural e ponto turístico* não delimitam apenas formas de rememorar ou recordar a história sobre Lampião, como em museus, mas levam-nos a refletir sobre a concentração e manipulação hierárquica dessa entidade personificada de sua figura, fazendo reverenciá-lo, sempre que for preciso, mesmo inconscientemente. A própria realidade, nesse contexto de análise, vislumbra um ideário imaginário tornando real algo implícito. Essas homenagens a fatos históricos ou míticos, segundo Laplantine e Trindade (2003), são formas de reatualização dos acontecimentos passados e de passagem de uma etapa de existência humana para outra. No mesmo instante em que se conhece o processo de imortalização da figura simbólica de Lampião, enxergam-se possibilidades de recordação desses fatos via canal do imaginário.

Considerações finais

A intenção do confronto epistemológico entre Benveniste e Pêcheux neste artigo possibilita, além da articulação entre as demarcações teóricas, a reflexão de que as correntes funcionam-se dentro de um processo puramente complementar, jamais excludente. É, portanto, com essa perspectiva de interdisciplinaridade que se é possível compreender os avanços de cada arcabouço teórico da Linguística, sem hierarquias, passível de apropriações e reapropriações das fases, visões e métodos concebidos. Cada viés comporta propósitos específicos; o sujeito ao nível dos traços ou marcas da personalidade repercutidas no liame do *eu-aqui-agora* não é coerente em um universo cuja ideologia é condição maior, nem o assujeitamento é bem-vindo à teoria da subjetividade, uma vez que não se alimenta da expressividade do locutor. Rejeitar o aparato enunciativo é posição degradante, Pêcheux faz apenas reformulá-lo na tentativa de melhor fundamentar seu postulado, uma vez que os processos discursivos não podem ter origem no sujeito, embora se realizem nele mesmo, assim como o texto que não se constitui como força de exclusão, dada a necessidade de sua unidade significativa para análise da discursividade.

Outro ponto relevante a ser considerado é que apesar da corrente estruturalista consolidar-se como suporte empírico, a força motriz de impulso e de desenvolvimento é externa. Diante da interpretação dos relatos (1) e (2) fica, então, o legado de que o conhecimento de estruturação nos obriga, enquanto seres de capacidades várias e vivas, transformar esse alicerce palpável e extremamente estático em estrutura em movimento, base da trama dos acontecimentos. Assim, é possível articular harmoniosamente e com funções específicas a estrutura, o sujeito e a história (ideologia). O estruturalismo das ciências sociais ou da linguística é nitidamente um saber moderno que se dissemina por gerações e gerações, não é à toa que ele se configura como vertente teórica passível de complementação, de (re)arranjos epistemológicos. Inquieto, luta para ser complementado ou mesmo diluído em nova ‘substância’ e inserido no processo de reapropriação. Essa é a mais pura e evidente dinâmica das teorias ou epistemes – se há rupturas na teoria da subjetividade benvenistiana é na busca de novos objetivos teórico-metodológicos, no interior dos quais a instauração do

sujeito empírico não condiz com o lado forte do processo sócio-histórico, natural à linguagem e tão caro à Análise do Discurso.

"Slaps between kisses" The subject and enunciation in Benveniste and Pêcheux - analysis in episodes about Lampião

Abstract: *This text aims to clarify some discussions about epistemologic confrontations on the notion of subject and enunciation in Benveniste (1989a, 1989b) and Pêcheux (1997, 1983, 1995, 2000), from memories \ reports about the story of Lampião. Although the theory of subjectivity and enunciation has been revived in studies concerning the language, is the Pêcheux's postulate that the linguistic universe meets a new analysis optical by hypotheses socio-historical (ALTHUSSER (1985); MALDIDIER (2010); ORLANDI (2008)). The purpose is reveals not in an overlapping of one another theory, but in their required articulation, although it is inevitable critical for the survival of both sides theoretical, therefore, qualifying the term "slaps between kisses". It is intended therefore submit \ analyze, inside the materiality of episodic memories, linguistic and non-linguistic elements observed in its applicability in order to identify the antagonistic roles of the subject as empirical object (Benveniste) and theoretical (Pêcheux) in enunciative processes (Jakobson (1975); NORMAND (2007, 2009)). This study contributes to the reflection that both theoretical and methodological frameworks are complementary, never exclusives, it all depends on circumstances and purposes from materiality analyzed.*

Keywords: *Subject. Enunciation. Benveniste. Pêcheux. Lampião.*

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado:** Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São. Paulo: Hucitec, 1995.

BENVENISTE, É. Aparelho formal da enunciação *In: Problemas de Linguística Geral II.* São Paulo: Ed. Pontes, 1989a. p. 81-90.

_____, É. Da subjetividade na linguagem *In: Problemas de Linguística Geral I.* São Paulo: Ed. Pontes, 1989b. p. 284-293.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation.** Paris: Ophrys, 1999.

DOSSE, F. Filosofia e Estrutura: a figura do outro *In: História do estruturalismo.* Tradução de Álvaro Cabral Bauru, São Paulo: Ed. Edusc, 2007a. p. 269-282.

_____, F. Estruturalismo e\ou marxismo *In: História do estruturalismo*. Tradução de Álvaro Cabral Bauru, São Paulo: Ed. Edusc, 2007b.

_____, F. Benveniste: a exceção francesa *In: História do estruturalismo*. Tradução de Álvaro Cabral Bauru, São Paulo: Ed. Edusc, 2007c. p. 63-76.

HARRIS, Z. S. Analyse du discours. *In: Langages*, nº 13. Paris: Didier Larrousse, 1969. p. 8-45.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.13-38.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. S. **O que é imaginário**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França *In: Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 9-22.

NORMAND, C. Saussure-Benveniste *In: Letras*, Porto Alegre, n.33, p. 13-21, 2007.

_____, C. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado *In: Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 44, n.1, p. 12-19, 2009.

ORLANDI, E. P. O estatuto do texto na história da reflexão sobre a linguagem *In: Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2008. p. 73-98.

PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-E. As linguísticas discursivas *In: As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 191-214.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1995. Edição original 1975.

_____, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1983.

_____, M. A *Análise de Discurso: três épocas* (1983). *In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. p. 311-319.

_____; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Ed. Autentica, 2000.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Perspectiva, 1975.